

NOVE ERROS BÁSICOS DE QUEM QUER FAZER UMA CRÍTICA À PSICANÁLISE

2020

Christian Ingo Lenz Dunker

Psicanalista. Professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Brasil

E-mail de contato:

chrisdiunker@usp.br

RESUMO

Nosso objetivo neste artigo é indicar certos erros básicos de argumentação e discurso, que, uma vez corrigidos possam concorrer para uma verdadeira e produtiva crítica da psicanálise. Seu objetivo é orientar a formação de estratégias críticas mais interessantes no campo da epistemologia da psicanálise e da psicologia clínica em geral. Nosso método consiste na análise um artigo científico crítico avaliando níveis epistêmico, ético, clínico, estilístico e cultural de apreciação da psicanálise, acumulando imperícias, negligências e imprudências cujos desvios assumem assim uma dimensão didática pelo potencial de generalização que o artigo pretende alcançar. Consideramos que o estudo de contra-exemplos contribui para a configuração de critérios mais sólidos de apreciação da produção científica nos estudos psicanalíticos, concorrendo para o melhor reposicionamento de comitês de seleção e avaliação editorial. Nossa exposição de motivos aparece ao modo de lista para facilitar a discussão, isolar o uso e iluminar os contra-critérios que se quer propor.

Palavras-chave: psicanálise, Lacan, epistemologia, ciência, epistemologia.

Copyright © 2020.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



INTRODUÇÃO

Já se tornou uma tradição realizar críticas destitutivas à psicanálise. Críticas deste tipo não abarcam pontos específicos da prática, de seus sistemas de justificação, epistêmicos ou éticos, desenvolvidos por psicanalistas, por suas instituições ou comunidades de trabalho. Críticas destitutivas objetivam excluir a psicanálise de seu lugar no debate acadêmico, declarar impertinente sua relação com as ciências, uma impostura, como outras ciências humanas, criando assim um contraste com a psicologia evidencialista. Elas derrogam suas pretensões de eficácia e eficiência psicoterapêutica evoluindo, ao final, para imputação de má-fé. A expressão “pseudociência” tem sido empregada, neste contexto, não apenas para situar a psicanálise no interior do problema epistemológico da demarcação, na qual inicialmente foi empregada, mas também para justificar sua exclusão da pesquisa e de inscrição no debate público, seja pela ciência, pela arte, seja pela sua pretensão de contribuir para o campo da saúde.

Tais objeções são tipicamente reunidas em um mesmo grupo, que quando olhado e perto revelam estratégias críticas muito diferentes. Há um primeiro conjunto de críticas que abordam a psicanálise como um tipo de conhecimento. Para tanto a tomam, metodologicamente como um campo unitário e conexo, epistemicamente definido de forma dedutiva a partir de enunciados protocolares, presentes, digamos, na metapsicologia de Freud. A estratégia foi inaugurada por Popper (1963), mas de certa forma já estava presente nas análises de Wittgenstein (Frangiotti, 2003) sobre o tipo de interpretação praticado pela psicanálise e terá sua continuidade nas interessantes objeções levantadas por Grünbaum (1984) relativas ao tipo de argumentação encontrado na teoria psicanalítica. Dela decorre a objeção de que Freud teria sido um péssimo intérprete de suas próprias pretensões científicas, como assinala Sulloway (1979).

A segunda linha crítica não pretende apenas apontar problemas de justificação, mas invalidar a prática, por isso suas críticas destitutivas costumam atacar a qualificação moral e metodológica de Freud. Geralmente apoiada por revelações históricas, envolvendo a disparidade entre o que Freud fazia e o que o Freud dizia que fazia, incluem-se aqui relatos de ex-pacientes e colaboradores (Roazen, 1999, Masson, 1982 Ellenberg, 1972). Mas o profícuo trabalho de recomposição arqueológica dos primórdios da psicanálise pode ser usado facilmente para denunciar que Freud mentiu, que ele tinha um caso com a cunhada¹ ou que ele era uma má pessoa. Crítica destitutiva contra a psicanálise não afirma apenas que ela é uma pseudociência, forjada sobre falsas apreciações clínicas e más intenções morais, mas também nociva e perigosa, com se verá desde o

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/biografia-aponta-fraudes-de-freud-e-poe-psicanalise-em-xeque.shtml>

trabalho de Eisenck (1993) até o recente livro *Negro da Psicanálise* (Meyer, 2011). Incluir-se aqui a retórica pirotécnica de Onfray (2010) declarando que Freud colaborou com o Instituto Göring ou sustentou Dolfuss, o que é de todos os pontos de vista históricos falso. Freud perdeu quatro irmãs em campos de concentração, negou-se a barganhar com o nazismo, mas ainda que fosse o contrário, o que disse importaria para a veracidade de suas teses? Freud teve seus livros queimados pelos nazistas, mas isso não os torna nem mais nem menos verdadeiros.

Um exemplo típico deste procedimento se encontrará no trabalho de Crews, por exemplo, em *A Batalha da Memória* (1999), que aborda um conjunto de psicoterapeutas processados por familiares de pacientes, por terem inoculados falsas memórias de abusos e maus tratos em seus filhos e netos. Apesar da reconhecida inexistência de nexos com associações psicanalíticas de formação e de que os próprios psicoterapeutas não se declararem psicanalistas, bastou que o método da hipnose houvesse sido usado para que Freud e a psicanálise seja incriminada como responsável pela imperícia, imprudência e negligência que prejudicou tantas vidas e famílias.

Estes dois níveis de objeção são reunidos em geral, por uma terceira linha de suporte “popular”. Revistas de grande circulação, matérias de imprensa ou declarações contundentes de algum pesquisador, frequentemente especializado em outra área de conhecimento, como por exemplo, entre nós Ivan Izquierdo², acabam resumindo o conjunto da crítica ao fato de que Freud ou Lacan eram charlatões, impostores, logo, suas obras deveriam ser excluídas ou desqualificadas para o debate público.

A maior parte dos psicanalistas considera este tipo de argumentação irrelevante e desprovida de verdadeiro interesse para a reformulação crítica ou auto-crítica da psicanálise. Na verdade, a confusão frequente das críticas destitutivas e a parasitagem que esta costuma praticar em relação ao material crítico de primeira qualidade, acaba por prejudicar o debate como um todo impedindo assim que as críticas assumam uma potência transformativa desejável, como se gostaria de incrementar (Fontes, 2014). Ou seja, na prática muitos psicanalistas deixam de frequentar este material porque ele é no fundo uma versão acadêmica das *Fake-Critic-News*. Assim como na corrupção jornalística da informação, conhecida como *Fake-News*, tais críticas recortam fragmentos corretos e os montam de maneira abusiva, com o típico interesse de desabonar pessoas e teorias em conjunto, beneficiando-se da generalização para produzir efeitos de contraste e polarização. Isso concorre também para um reforço do que Bevidas (2009) apontou como “excesso de transferência na pesquisa psicanalítica”, ou seja, uma tendência a não responder aos críticos e a reforçar os laços de identificação da comunidade, uma vez que as objeções transparecem má fé e criação instrumental de oposições.

² <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/06/1783036-estudos-de-neurociencia-superaram-a-psicanalise-diz-pesquisador-brasileiro.shtml>

A crítica destitutiva no fundo advoga a inexistência ou ilegitimidade da psicanálise entre os saberes instituídos. Incluem-se aqui as objeções sofridas pela psicanálise desde o caso Wagner Jauret, psiquiatra vienense contemporâneo de Freud que desqualificava suas descobertas a ponto de atrasar propositalmente a instalação das primeiras clínicas públicas de psicanálise, prejudicando diretamente o desenvolvimento do sistema de saúde naquele país (Danto, 2020). Ironicamente ele defendia práticas como a inoculação do vetor da malária para tratar a psicose pela indução de estados febris no paciente. Ou seja, o tipo do exemplo que se exagerado e bem aproveitado poderia levar a uma *Fake-Critic-News* da psiquiatria.

Tais críticas destitutivas seriam apenas mais um dos capítulos da resistência cultural à psicanálise, que nunca se quiz subordinada ao Estado. Elas alimentaram a proibição da psicanálise na União Soviética de Stalin e a perseguição aos psicanalistas em todos os sistemas totalitários até aqui.

Quando se trata de legislar sobre a formação de psicanalistas, justificar por que a psicanálise deve ser excluída das políticas públicas de saúde mental, ou invalidar sua crítica cultural, seja pela sua teoria da sexualidade, do desejo inconsciente ou sua desconstrução da moralidade civilizada, a crítica destitutiva costuma incorrer em erros mais ou menos conhecidos e que se repetem em sua recorrência histórica. Menos do que repudiar esta abordagem, que parece imune ao debate da razão, este artigo propõe examinar os equívocos básicos deste procedimento, como forma de estimular uma verdadeira crítica transformativa da psicanálise.

UM CASO MODELO

Nosso objetivo neste artigo é indicar certos erros básicos de argumentação e discurso, que, uma vez corrigidos possam concorrer para uma verdadeira e produtiva crítica da psicanálise. Algumas crenças têm contribuído para manter psicanalistas em estado letárgico em relação a críticas, que seriam desde então recebidas como “resistenciais”. Em outras palavras, a resposta de Freud aos críticos de sua época não pode ser simplesmente replicada em nossos dias, pois a psicanálise, ao longo de seus mais de cem anos, mudou sua inscrição discursiva na cultura. Aquilo que poderia ser contestador e transformativo em 1920, pode ter se tornado ideológico e conservador em 2020. Uma prática aceitável em 1910 pode se tornar um equívoco monumental hoje. Esse anacronismo dos críticos de Freud deve valer para a contra-crítica psicanalítica.

O segundo problema consiste em reconhecer que neste interim a psicanálise passou a integrar departamentos de pesquisa e formar parte das universidades, ainda que de forma lateral ou periférica, em boa parte do mundo. Isso a tornou diversificada, ramificada, cheia de variações culturais, epistêmicas que leva alguns a duvidar mesmo de sua unidade. Neste mesmo arco

histórico a psicanálise inspirou, influenciou ou teve suas descobertas redescritas ou reapropriadas por inúmeros programas clínicos de diferentes modalidades psicoterapêuticas, do cognitivismo às psicoterapias psicodinâmicas, tornando a crítica a psicanálise uma crítica difusa e indeterminada às psicoterapias em geral.

Parte substancial dos estudos críticos, que vimos acima, não pretendem apresentar apenas uma crítica a psicanálise, mas a uma vasta gama de psicoterapias que ela inspirou. Este é o segundo ponto que explica por que tais *Fake-Critic-News* insistem tanto sobre Freud e silenciam sobre a selva de seus continuadores. Isso daria muito trabalho e mostraria a inoperância de objeções globais. Atacando as raízes, mata-se a árvore.

Nem toda crítica à psicanálise é de tipo destitutivo. Bons trabalhos foram feitos em todos os três contextos que descrevemos a acima. A controvérsia Grünbaum (1984) versus Shevring (2013) é um bom exemplo de como o rigor da análise proposicional pode ajudar a psicanálise a reformular seus conceitos ou suas regras tácitas de argumentação e exposição de hipóteses. Os trabalhos de Leishering e Rabung (2008), bem como a extensa pesquisa do grupo de Estocolmo sobre eficácia e eficiência da psicanálise, metodologicamente renomeada como Psicoterapia *Psicodinâmica de Longo Prazo* (LTPP), ajudaram a reposicionar o tema da avaliação comparativa de práticas clínicas (Blomberg, 2001). As críticas filosóficas de Sartre a Foucault e Ricoeur, de Deleuze e Guatarri a Byung-Chul Han, são objeto de continuada discussão entre psicanalistas. Finalmente, no âmbito do discurso cultural e dos modos de subjetivação sociais, dos quais psicanálise hoje participa como produtora, não só como observadora imparcial, vamos encontrar inúmeros bons críticos da incorporação ideológica da psicanálise, como parte do complexo psi no ocidente, por exemplo Parker (2006), Furedi (2004) e Silbertain Blanc (2010), sem falar na crítica feminista, na crítica da teoria pós-colonial e assim por diante. Ou seja, a crítica da psicologização, da patologização, do familiarismo e do colonialismo psicanalítico são processos transformativos atualmente em curso no interior da própria psicanálise. Ela se tornará legitimamente ultrapassada se não incorporar e responder tanto às objeções sobre sua fundamentação quanto aos riscos de sua ideologização.

No entanto, a *Fake-Critic-News* é algo bem diferente disso. Para mostrar como ela funciona propomos neste artigo examinar, como exemplo paradigmático de crítica destitutiva à psicanálise, o artigo “*Um Estudo Etno-Psicanalítico da Sub-Comunidade Lacaniana*” (Santos, 2019), publicado em “*Psicologia.pt – o portal dos psicólogos*” revista portuguesa de psicologia on-line. Escolhemos este artigo tanto pela sua atualidade quanto pelo fato de ter sido publicado em uma revista internacional e ainda porque ele parece conter uma síntese das práticas equívocas para as quais queremos chamar a atenção, principalmente por ter sido divulgado em um portal que tem por objetivo o esclarecimento científico:

*O Psicologia.pt nasceu com o objectivo de potenciar a presença da Psicologia na Internet bem como estimular as ligações entre os académicos, os estudantes, os profissionais e o público, contribuindo, desta forma, para a melhoria da Comunicação, da Formação, da Investigação e da Intervenção em todas as áreas da Psicologia. Ao mesmo tempo, objectiva uma acção pedagógica e de esclarecimento e clarificação da população em geral, contribuindo para a desmistificação da ciência e prática psicológicas junto dos seus públicos, clientes e parceiros, conseguindo-se, deste modo, uma postura mais crítica e esclarecida por parte dos mesmos.*³

O artigo em questão possui 37 páginas e parte da experiência do autor como aluno quinto anista de uma faculdade de psicologia empregando a “interpretação psicanalítica” para tratar de um paciente ocasionando resultados pouco efetivos. Afirmando que a noção de paradigma, desenvolvida por Kuhn, teria sido mal apropriada pelos psicanalistas para defender-se de críticas externalistas o autor justifica o “estudo da sub-comunidade lacaniana”, representada no artigo por meio de dois fragmentos de um programa de divulgação científica, veiculado pelo psicanalista Christian Dunker, na rede social do Youtube. O autor denuncia as intenções didáticas e pedagógicas e não científicas da psicanálise de Lacan, o uso incorreto de conceitos lógico-matemáticos, o carácter místico teológico do tratamento, a improcedência de seus conceitos, a divulgação acrítica de suas ideias, o uso de argumentos de autoridade, passando da crise da psicanálise para a falência das ciências humanas, estabelecendo como critério de demarcação o fato de que a linguagem das ciências naturais “não é metafórica, portanto não permite interpretações” (Santos, 2019, p. 12.). Na segunda parte do artigo o autor dedica-se mostrar o funcionamento grupal da “sub-comunidade lacaniana”, sempre a partir das duas frases extraídas do vídeo em questão, avaliando a resposta de Christian Dunker as críticas de Sokal e Bricmont (1999) sobre o charlatanismo da matemática lacaniana. Aqui ficamos sabendo que há um *wishful thinking* nos argumentos trazidos pois “Dunker tem o desejo de que Lacan seja científico”, e uma visão de mundo que produziria “benefícios psíquicos” na comunidade lacaniana. A consideração de Dunker de que falta formação específica a Sokal e Bricmont, formados no campo da física, para fazer uma afirmação genérica como: “a matemática de Lacan é tão extravagante que não tem como desempenhar papel fecundo em nenhuma análise psicológica séria” é avaliada como uma argumento *ad hominem*, uma falácia argumentativa, que só é aceita pela “concordância do grupo ou da multidão” que ganha maior nível de realidade em função dos seus ganhos psicológicos. Na

³ <https://www.psicologia.pt/info/sobre.php>

terceira e última parte do artigo o artigo de Glynos e Stravakakis (2001) que rebate as críticas do já mencionado livro de Sokal e Bricmont é resumido e rebatido com a insistência na tese de que a topologia de Lacan é feita de metáforas e analogias, sem valores e resoluções, ao modo de equações, portanto, não é física sendo sua serventia “estética-artística-apreciativa” pois “qualquer imagem que se use e que se aproxime minimamente do que se descreve poderá ser creditada como equivalente” (Santos, 2019, p. 34-35).

O estudo apresenta tantas falhas metodológicas, repete tantos equívocos de argumentação e referência que funciona como um ótimo anti-modelo para o que *não se deve fazer* para fazer uma crítica produtiva na pesquisa e na epistemologia da psicanálise. O exame do artigo será suplementado por exemplos de autores mais experimentados, que permite ilustrar como a crítica de baixa qualidade pode aparecer em vários contextos. Entende-se por anti-modelo um caso capaz de sintetizar procedimentos recorrentes que devem ser evitados por pesquisadores na área. O objetivo é orientar a formação de estratégias críticas mais interessantes no campo da epistemologia da psicanálise e da psicologia clínica em geral. A escolha deste objeto textual justifica-se ainda pela forma como ele cruza e combina os níveis epistêmico, ético, clínico, estilístico e cultural de apreciação da psicanálise, acumulando imperícias, negligências e imprudências cujos desvios assumem assim uma dimensão didática pelo potencial de generalização que o artigo pretende alcançar.

O estudo de contra-exemplos permite também contribuir para a configuração de alguns critérios para a apreciação da produção científica nos estudos psicanalíticos, concorrendo para o melhor reposicionamento de comitês de seleção e avaliação editorial. Nossa exposição de motivos aparece ao modo de lista para facilitar a discussão, isolar o uso e iluminar os contra-critérios que se quer propor.

1. Uso errático da autoridade clínica

Frequentemente, críticas à psicanálise empregam situações clínicas irregulares para configurar seus procedimentos de tal maneira a apresentá-los de modo pouco circunstanciado, sem narrativa, argumentação ou corroboração material. O artigo em apreço começa pela seguinte declaração:

No decorrer de um ano fizemos um processo psicoterapêutico com uma paciente. Na maior parte da análise houve oportunidade de produzir interpretações e fornecê-las, não obstante estas interpretações não estavam fundamentadas nos dados concretos desta constituição subjetiva e não havia nenhum dado objetivo que pudesse justificá-las e validá-las, ou seja, as interpretações que apareciam ao analista estavam associadas

aos constructos interpretativos (...) da própria psicanálise em si e que são considerados dados universais. (Santos, 2019, p. 2)

Esta forma de apresentar um material clínico sem especificar ou descrever nenhuma intervenção, sem qualificar o contexto do tratamento, sem apresentar nenhum detalhe sobre o sintoma, sem sequer mencionar uma fala de qualquer dos participantes do tratamento é frequente, mesmo entre psicanalistas. O que declarações deste tipo produzem é um tipo de encobrimento ou mistificação do material discursivo do qual se compõe todo tratamento. No fundo o que temos aqui é um juízo, não uma evidência empírica. Mas é este tipo de juízo que retrata o que seria, ao final e a cabo, uma psicanálise.

O autor retrata uma “análise”, mas sabemos, por seu currículo, pela brevidade de sua formação recente em Psicologia e pelo próprio e declarado fato de realizar intervenções nas quais “não acreditava”, que seu uso da psicanálise estava aquém do desejável. Apresentar o trajeto de formação, qualificar a definição da escuta e indiciar o momento da prática psicanalítica da qual o exemplo é extraído é muito importante no caso da pesquisa psicanalítica. Claro que isso não justifica nem permite asseverar trata-se de um não analista, mas a ausência de problematização da posição do autor no campo psicanalítico é um critério importante para pensar uma prática que leva em conta a transferência como sua condição de efetivação.

Colocações deste tipo sugerem uma incoerência relativa entre as regras éticas de condução de um tratamento pela psicanálise e sua aplicação anônima na forma de procedimentos genéricos, como parece indicar o texto. Sim, neste caso a metodologia psicanalítica representa uma dificuldade pois não basta replicar comportamentos e procedimentos fixados de antemão, compará-los como eficientes ou ineficientes, para depois dizer que uma prática psicoterapêutica apresenta resultados baseados em evidências científicas. Se o escopo de verificação for tão simples quanto este ele exclui a psicanálise, não porque ela seja inverificável em seus efeitos, mas porque os critérios são demasiadamente simples e redutivos. Não obstante interpretações indiferentes ao material clínico, provenientes diretamente de constructos teóricos, do sujeito em questão, constituem imperícia clínica, em qualquer gênero psicoterápico. Contudo, é neste quadro a psicanálise foi aqui apresentada.

2. Incongruência na escolha de termos, conceitos e referências

Quando se escolhe um tema, autor ou objeto de investigação é preciso ter em mente que isso envolve entranhamento e compromisso com discursos e leituras que nos antecederam. Uma boa pesquisa presta fidelidade ao campo na qual ela se insere e procura defender e, sobretudo, praticar seus compromissos em termos de método e de conceitos. Por exemplo, presume-se que um artigo chamado “*Um estudo etno-epistemológico da sub-comunidade lacaniana*”, aqui em foco, deveria

nos oferecer algum entendimento preliminar do significante: *etno-epistemologia*. Trata-se da concepção de Laplantine ou de Deveroux, no campo da etnopsiquiatria? Ou estamos mais próximos de Latour e Stengers? O que devemos entender por *sub-comunidade lacaniana*? Existem vários estudos que abordam as comunidades psicanalíticas do ponto de vista antropológico (Carvalho, 1998) e outros tantos que examinam variantes epistêmicas do lacanismo contemporâneo (Goldenberg, 2019), mas definitivamente André Green, empregado no texto de Santos não é uma delas:

A crise da psicanálise como dito por Green (1996, apud Zimmerman, 2009) estaria ocorrendo pelo os psicanalistas [sic] estarem se afastando dos conceitos básicos, como sexualidade infantil e complexo de Édipo. Essa asserção nos faz compreender que a manutenção do edifício psicanalítico se faz por meio de negação da realidade (...) (Santos, 2019, p. 3)

Em outras palavras: declara-se que existe uma crise da psicanálise, sem nenhuma evidência corroborativa. A fonte, citada em segunda mão, não pertence a “sub-comunidade” em estudo, que provavelmente não concordaria com a factualidade da asserção. Mesmo que isso fosse correto, e que existisse uma crise e um afastamento dos conceitos, disso não se infere logicamente uma “negação da realidade”. Por exemplo, o afastamento dos conceitos poderia causar não uma distância, mas uma aproximação excessiva da realidade. Mas de toda forma, uma pesquisa sobre um “objeto” deve, sobretudo, dar voz ao próprio “objeto” e não às opiniões que lhes são externas.

Para corroborar o equívoco nosso autor mobiliza nada menos do que Carl Jung. Este discípulo e dissidente da psicanálise haveria mostrado como o teor de verdade de uma interpretação tem uma relação contingente com seus efeitos em termos de cura. Ora, a hipótese de Jung, de que toda e qualquer interpretação pode ser reconectada e reorganizada nos termos do complexo patológico, pode ser correta. Ela pode encontrar inclusive um correlato na teoria freudiana da transferência. Contudo, uma *etno-epistemologia* deveria guiar-se pelo princípio que uma comunidade tem seus próprios critérios de leitura e verificação. Neste sentido uma declaração genérica de Green e uma objeção indeterminada de Jung realmente não contradizem nenhum aspecto do objeto posto em foco, ou seja, não se refere a nenhum dado discursivo ou empírico referente “sub-comunidade lacaniana”, mas opiniões sobre ela. A coisa piora quando Deleuze e Guatarri, autores de outra galáxia epistemológica, em relação a Green ou Jung, falando em um contexto muito específico de crítica da psicanálise, são convocados para corroborar que as “*interpretações que privilegiam instituições e suas construções teóricas em negação da realidade (...)* como sendo injetoras do inconsciente” (Santos, 2019, p. 4). Citação sem comentário ou preparação, apenas um amontoado incompreensível contendo a expressão “negação da realidade”, que é o que se quer captar para a crítica.

Impertinência no uso de conceitos, sua modalização arbitrária, sem consideração de escopo ou de proximidade epistemológica replica assim o que se quer criticar na teoria lacaniana. O resultado é algo análogo a estudar como funciona a mentalidade dos paulistas a partir da opinião que os cariocas têm sobre os brasileiros.

3. Endogamia Epistemológica

Muito se diz que a psicanálise apresenta conceitos de duvidosa paridade empírica, confundindo hipóteses com descrições. Ademais ela se defenderia de seus críticos afirmando, sistematicamente que eles não entenderam bem suas afirmações teóricas. Isso realmente pode ser uma prática defensiva, que adia indefinidamente o sentido dos conceitos, remetendo-os uns aos outros, de tal maneira que o esforço para os apreender se torna exorbitante diante da crítica que se quer apresentar. Apesar da dificuldade de criar consensos entre leitores e intérpretes de um autor extenso e complexo como Lacan há algumas interpretações que seriam francamente inaceitáveis, por exemplo:

Neste sentido, a suposição de Jacques Lacan de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não é de todo verdadeira, primeiro porque supõe que aquilo que denominamos como inconsciente é conhecido e segundo que esta totalidade seria constituída de linguagem (Santos, 2019, p. 4)

Lacan, que começa sua obra com uma crítica severa da noção de conhecimento, principalmente sobre suas implicações clínicas alienantes, quando aplicada à relação de tratamento, entendido como empreendimento de conhecimento do analista sobre o analisante, jamais concordaria com a ideia de que o *inconsciente é conhecido*. Há muitas leituras para a hipótese de que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, que ademais é apresentada sem referência ou comentário, mas esta não é, definitivamente, uma delas. A segunda ilação da passagem acima é simplesmente incorreta: o inconsciente seria uma totalidade constituída pela linguagem. Lacan se esforçou por dizer que o cerne desta afirmação é a noção de *estrutura*. Linguagem não é língua, o inconsciente ou o simbólico não constituem uma totalidade. Pelo contrário, há uma não totalidade. Há uma falta no Outro, um furo no simbólico, uma falta-a-ser no inconsciente. Disso resulta variações irresponsáveis dos conceitos, como por exemplo:

(...) por meio dos dados da realidade podemos observar que o princípio de que o inconsciente é estruturado por meio da linguagem verbal não é verdadeiro de todo. (Santos, 2019, p. 5)

O “*inconsciente estruturado como uma linguagem*” é uma hipótese e não um princípio. Linguagem não quer dizer, e nunca se encontrará isso nos escritos de Lacan, “*linguagem verbal*”.

Quais seriam os “*dados de realidade*” que desmentiriam que o inconsciente tem estrutura de linguagem? Não foram apresentados pelo artigo.

A sequência da argumentação afirma que é impossível criticar a psicanálise porque sempre se dirá que o sentido proposto pelo crítico ou o objeto ao qual ele se refere está incompleto ou parcial. Haveria uma espécie de incompreensão de base, por falta de domínio dos conceitos ou de experiência clínica que torna impossível uma crítica externa da psicanálise. Por outro lado, se para criticar a psicanálise precisamos nos tornar psicanalistas, e para tanto precisaríamos nos convencer de seus argumentos, logo, também não é possível uma crítica interna à psicanálise. Ainda que isso seja um problema bem apontado, por vários leitores rigorosos, sugere-se, de forma falaciosa, que as verdadeiras incompreensões, como as que indicamos acima, adquirem imunidade *apenas* porque fazem parte da “auto-verdade” do autor. Partindo de uma afirmação factualmente falsa, admitindo-se a textualidade documental como referência, imputa-se ao outro o que se está a praticar, ou seja:

As teorias tornam-se imunes a qualquer crítica e assim ocorre o aumento da institucionalização destas. (Santos, 2019, p.8)

Uma forma elegante de dizer que a endogamia sectária, que o autor percebe na *sub-comunidade lacaniana*, derroga qualquer crítica. Mas não seria esta afirmação uma extensão da comunidade científica da qual o autor, ele mesmo, se faz porta voz e representante? Isso tende a levar a conversa para uma contenda entre comunidades. De um lado a *sub-comunidade* dos psicanalistas (lacanianos), de outro lado a *super-comunidade* científica. Ora, é justamente isso que é importante evitar no debate público: “terra-plana”, “criacionismo” e “cientologia” não são pontos de vista alternativos, verdadeiros ou falsos, em função da extensão de seus adeptos. Isso não decorre do consenso sobre a falsidade ou veracidade do conteúdo empírico das proposições, mas porque resistem à teoria da prova e à argumentação crítica que é o traço próprio e distintivo da ciência.

O critério aqui deveria ser a análise de um conceito ou de uma articulação de conceitos, que podem si, ser mais úteis ou inúteis, mais vagos ou mais imprecisos, portanto podem ser aperfeiçoados ou deixados para trás conforme a famosa expressão de Freud. Avaliações globais implicam domínio global do objeto, o que é justamente difícil, pela própria materialidade extensão da psicanálise, não pela má fé de seus praticantes.

4. Argumentos seletivos e conclusões incorretas

Pesquisas clínicas, cuja materialidade é o discurso de pacientes, ou pesquisas teóricas, cuja referência são documentos textuais, enfrentam o problema metodológico de como eleger qual fragmento representativo e sob qual critério deve ser escolhido para a pesquisa. No caso deste estudo “etno-epistemológico” em questão este material deriva de um vídeo de divulgação

científica, veiculado pela internet no Canal Christian Dunker, onde este responde, em 14 minutos, a pergunta direta: “*Lacan era um charlatão?*” Dedicado ao esclarecimento popular, eventualmente usado como suporte didático secundário, o canal, que em novembro de 2019 conta com aproximadamente 260 vídeos e 173 mil inscritos. Dedicado a apresentar temas e conceitos sobre psicanálise, psicologia, psicopatologia e filosofia, a partir da pergunta dos ouvintes, o vídeo é elevado à condição de prova e exemplo não apenas da argumentação psicanalítica, mas das ciências humanas em geral e de sua perspectiva “relativista” em termos epistemológicos. As diversas publicações especializadas sobre o tema da cientificidade da psicanálise (Dunker, 2012; Dunker, 2016), vários artigos de divulgação (Dunker, 2013, Dunker, 2014), bem como uma série em cinco volumes, dedicados pergunta “*Psicanálise é Ciência?*” (Dunker, 2017) do próprio canal são sumariamente ignorados. Não há nenhuma justificativa ou discussão sobre a relevância ou representatividade desta escolha, nem qualquer apresentação do autor selecionado para sintetizar um campo tão vasto quanto heteróclito quando este formado pela psicanálise e pelas ciências humanas “em geral”. O vídeo em apreço, que é a única fonte “etnográfica” que orienta o estudo do artigo em questão, contava em novembro de 2019 com aproximadamente 27 mil visualizações, gerando 207 comentários que desdobram o assunto em diversas direções. Contudo, nenhuma destas condições de especificação do discurso ou de delimitação do corpus são mencionadas no trabalho de Santos. Ele se detém-se apenas em duas passagens do referido vídeo onde resumidamente constatamos o seguinte argumento:

1. Os modelos e conceitos apresentados por Lacan podem ser corrigidos, reconstruídos ou refutados, como se espera de toda obra de ciência?
2. Se a crítica de Sokal e Bricmont é pertinente eles teriam refutado o uso que Lacan faz do conceito de compacidade em topologia e matemática.
3. Se este é um exemplo válido de refutabilidade no uso de conceitos em psicanálise, este é também um exemplo do como podemos corrigir e reformular conceitos segundo critérios correntes em ciência e em externalidade com relação à própria psicanálise
4. Ou seja, se a argumentação de Sokal e Bricmont pode ser respondida, seja por aceitação seja por refutação isso serve de exemplo de como a psicanálise dialoga com a argumentação científica e não está encerrada em seus próprios paradigmas e crenças auto-confirmadoras.

Mas em vez de seguir tal raciocínio Santos cria uma digressiva recepção da teoria de Kuhn na psicanálise e nas ciências humanas, que estariam, segundo sua declaração indiscutida: *em falência*. Decreta-se em seguida, segundo uma certa leitura de Kuhn, que entre ciência e ciências humanas não há “comunicação”. Isso aconteceria em função de termos, léxicos ou paradigmas diferentes. Disso infere-se que a “sub-cultura lacaniana” é imune a críticas e funciona como uma “militância” que pretende fazer uma reforma na linguagem como se isso “alterasse a realidade” ao modo do politicamente correto. Reforma exemplifica por procedimentos não indiciados em autores

ou fontes, mas vagamente descritos como: “dar nome ao sintoma” e “nomear é curar”. Conclui-se assim que nesta sub-comunidade há uma “redução da atividade crítica entre teorias” e consequentemente “solipsismo epistêmico”.

Tudo isso sem referências, trabalho de texto ou exemplificação.

5. Juízos baseados em intenções supostas

A segunda linha de argumentação, tomada por Santos, contra a existência de refutação em psicanálise que se mostra ainda mais problemática. Neste caso, Sokal e Bricmont são mobilizados para subsidiar a afirmação de que nada de interessante é feito com o conceito de compacidade em psicanálise. Ou seja, não estamos mais no uso do conceito em física, mas no juízo sobre sua utilidade na psicanálise. Convoca-se aqui o proeminente lógico brasileiro Newton da Costa, para dizer que ele desconhece “qualquer consequência fundamental que se possa retirar de tais construções, para a psicanálise” (Santos, 2019, p.8). Elucubrações matemáticas e topológicas seriam “interessantes” enquanto “artefato heurístico” o que é aduzido por comentadores que falam em um uso “didático” ou “imagético” (Santos, 2019, p. 9).

Baseando-se no conteúdo de uma entrevista, realizada na década de 1980 e republicada em 2014, o autor seleciona a passagem acima, em vez de atentar, por exemplo, a seguinte declaração:

Estou cansado de ouvir tantas barbaridades a respeito deste teorema [de Gödel]. Surpreendentemente, no caso de Lacan, no começo fiquei receoso e não gostei, mas pouco a pouco cheguei á conclusão de que o que ele afirmava fazia sentido. No tocante a este tópico, como em quase em todas as referências todas as referências de Lacan à matemática, pelos menos aqueles que eu li, todas ainda estão em embrião. Precisaria que se trabalhasse muito para se desenvolver todo o tema. Somente depois se poderia dar um balanço definitivo das intuições matemática de Lacan. (Da Costa, 1988)

Ao contrário de Sokal e Brimont que declaram a inépcia do uso lacaniano das matemáticas para toda e qualquer aplicação psicológica “séria”, Newton da Costa sugere que tais contribuições podem vir a se mostrar substantivas. Em seu artigo Santos declara, jocosamente, que a atitude de da Costa nunca poderia contrariar a de Sokal e Bricmont, o que se mostra falso pela citação acima. Na mesma entrevista aquele que é considerado por muitos como o maior lógico que o Brasil já produziu afirma que um dos motivos para a criação da lógica paraconsistente, baseada da suspensão do princípio da não contradição, foi sua experiência pessoal com a análise e a interpretação de sonhos. No recente e monumental tratado que procura refazer as raízes históricas da lógica paraconsistente, desenvolvida por Newton da Costa, lê-se que:

O presente livro, de caráter histórico filosófico, não adentra às aplicações [da lógica paraconsistente] à tecnologia, à matemática, à ciência da computação, à psicanálise, e outros inúmeros ramos do saber que, de alguma forma encerram proposições contraditórias e contradições (...) (Gomes e Ottaviano, 2017, Prefácio)

Da mesma maneira a Santos ignora a ampla linha de pesquisa, que tenta dar continuidade tantos às intuições de da Costa quanto de Lacan, como por exemplo Rona (2012) a partir dos trabalhos de Nogueira (2004). Há, portanto, franca seletividade do material bibliográfico alocado para a crítica. Apesar disso a crítica desleal de Santos reduz a objeção de Dunker a “*se não tem titulação acadêmica, os argumentos não são verdadeiros sobre a área que se pretende discutir*” (Santos, 2019, p. 15). Desrespeitando o argumento do vídeo de Dunker, de que se o uso de conceitos matemáticos, empregados por Lacan, podem ser corrigidos, reformulados ou reformulados, sugerindo algum tipo de refutabilidade ou de regulação externa da psicanálise, Santos interfere o exato contrário:

Pois o critério de medição da refutação de uma tese não se faz pode meio de contra-argumentação, esta é apenas um dos meios para que o real processo de refutação possa se processar em ciências humanas. (Santos, 2019, pág. 9)

O mais espantoso são as razões apresentadas para isso, a saber: “*o processo de refutação em ciências humanas não existe*”, porque os representantes de uma teoria não a abandonam. Começa aqui o procedimento completamente contrário à ciência que é a imputação de intencionalidade como parte da veracidade do argumento:

“(...) os divulgadores de Lacan irão expressar estas elucubrações com a mesma intencionalidade do autor e não com fins práticos e funcionais que essas elucubrações detêm”. (Santos, 2019, p. 10)

O abandono do respeito pelo esforço de cada área em apresentar e defender seus critérios de evidência, prova e verificação ou falseamento, levam o autor a assenhora-se das intenções alheias, não apenas de Lacan, mas de toda a comunidade que a ele se refere. Ou seja, são as “*intenções acrílicas de Lacan*” que o fazem trair a intencionalidade prática ou pedagógica que os conceitos têm. A atribuição de más intenções será aplicada por Santos ao objeto de estudo, cujas únicas fontes de análise são dois fragmentos extraídos de um vídeo de divulgação, a partir do qual o autor avalia não apenas a sub-comunidade lacaniana, mas o campo mais vasto e genérico das ciências humanas:

Existe uma dupla intenção, a primeira é de se autopromover por meio do emparelhamento e a segunda é a descredibilização por meio do empréstimo, desapropriação e deturpação de conceitos e a aplicação

destes à maneira imprudente, com o intuito de revelar o caráter social desses conceitos e não empírico. (Santos, 2019, pág. 10)

Supor que a intenção, esta noção mentalista, psicológica e perfeitamente intuitiva, possa fazer parte de um argumento sério é um efeito de desdém que move o texto de nosso autor. Uma boa crítica não deve induzir intenções, nem jogar a moralidade do autor, mas ater-se às suas asserções e proposições, examinar a forma clara ou obscura como são apresentadas, avaliar seu conteúdo funcional veritativo e apenas em último caso recorrer as intenções supostas do autor.

6. Demasiada confiança na própria irrelevância

Muitos pesquisadores, sobretudo em início de carreira, imaginam que jamais serão lidos. Quiçá por isso fazem afirmações pirotécnicas e avassaladora que talvez despertem certo efeito de simpatia, pela ousadia ou pela coragem intelectual, que supostamente são capazes de tomar. Talvez porque avaliem que há pouco a perder, não estimam muito bem as consequências das próprias afirmações ou se deixam seduzir pelo espírito de denúncia. Geralmente este tipo de procedimento se faz acompanhar por publicações em nichos que jamais chegarão ao alvo da crítica levantada. Talvez imaginem que serão complacentemente aquiescidos na “sub-comunidade” no qual o jovem autor sente-se reconfortado. Um exemplo deste erro encontra-se na seguinte afirmação:

Também não haverá um debate sobre a questão – ou uma réplica desse artigo com uma proposta de refutar a proposição colocada – pois o argumento será de que às [sic] neurociências e as ciências humanas tem paradigmas diferentes e, portanto, não é possível comparar às duas formas de inconscientes [sic] por serem coisas distintas. (Santos, 2019, p.10)

Se você está lendo estas linhas, isso significa que a declaração acima é falsa. O presente artigo é a prova real de que afirmação de Santos é falsa. Nossa réplica e resposta a Santos não está baseada nem na diferença de paradigmas dentro das ciências humanas, nem na incomensurabilidade da psicanálise com qualquer critério epistêmico, muito menos na diferença conceitual entre noções de inconsciente na psicanálise e nas neurociências.

Ainda que a noção de refutação esteja sendo empregada aqui em sentido algo elástico, as proposições de Santos estão sendo objeto de inquirição sistemática. Antecipar que a resposta a um artigo mal escrito e mal fundamentado será nula, apenas porque se tem a convicção de a psicanálise é um campo de saber endogâmico, que nela cada qual tem “a sua” ciência, e que o uso da noção de “paradigma” funciona como justificativa natural para consagrar visões de mundo, ou que cada qual pode cultivar seu próprio conceito de inconsciente, significa agir como se a irresponsabilidade intelectual, que se está a praticar, fosse a regra geral. Nem toda tolice publicada permanecerá

inconsequente. Sim, há muito lixo industrial universitário, há revistas com comitês editoriais duvidosos, mas isso não quer dizer que ninguém liga para o que se escreve ou se publica.

Quanto ao fato de que o inconsciente psicanalítico não se comunica com o inconsciente neurocientífico, isso é um equívoco elementar. Há vários trabalhos (Pommier, 2007; Ribeiro, 2019) mostrando que, em geral, as descobertas neurocientíficas não são incompatíveis com teses psicanalíticas. Há outro montante de autores que apontam o texto de Freud de 1895 “*Projeto de Psicologia Científica para Neurólogos*” como um precursor da neurociência. Há reconhecidos neurocientistas (Kandel, 1999) que, mesmo questionando a relação entre método clínico e conceitografia psicanalítica, reconhecem sua eficácia terapêutica. Existe até mesmo uma tentativa de junção entre os campos chamada neuropsicanálise (Solms, 2007). Sem querer avaliar o mérito destas iniciativas, menciono-as aqui apenas para indicar a precipitação e a forçagem representada pela ereção de muros epistemológicos fora de lugar.

A extrapolação da crítica para a noção de paradigma em Kuhn (1967) foi abordada por muitos teóricos, mas ela se torna no texto de Santos, uma forma de descaracterização das ciências humanas e no fundo uma maneira de dizer que se não estamos a fazer ciência, no sentido natural:

(...) não existe mais equívoco e erro nas ciências humanas, mas sim diferenças paradigmáticas ou diferenças epistemológicas, a ideia de certo e errado desaparece (...) as teorias estão todas corretas e o que as distingue são as diferenças paradigmáticas epistemológicas

Esperamos ter proposto até aqui alguns critérios que mostram o que é um erro ou um equívoco, senão em ciências humanas, na pesquisa em psicanálise ou ainda na *sub-comunidade lacaniana*: uso errático de argumentos clínicos, falta de sustentação de objetivos, endogamia epistemológica, irresponsabilidade conceitual, displicência na organização e eleição do corpus discursivo, generalização ou extrapolação da crítica, abuso do próprio senso de irrelevância.

7. Generalizações Impróprias

Um estudo que pretende extrair consequências genéricas, para um campo tão extenso e heterogêneo quanto as ciências humanas, ou ainda para a psicanálise, em todas as suas variedades e formas históricas ou epistêmicas, a partir de dois fragmentos de um vídeo de divulgação científica, corre sério risco de praticar generalizações impróprias. Quando se está a manejar um objeto tão vasto, criado pela falta de recorte metodológico, a chance de realizar ilações inadequadas aumenta muito:

ciência de baixa qualidade – ciência humana sem evidência – conseguiu aderir apoio da sua própria comunidade e que agora se estabelecia como uma nova ordem da ciência. (...) algo que não existe nas ciências naturais ocorre nas

ciências humanas que é a interpretação. A linguagem das ciências naturais não é metafórica e, portanto, não permite “interpretações”. (Santos, 2019, p. 11)

Contrastes como, em ciências humanas há metáforas e interpretações, em ciências naturais há apenas sentido literal e descrições, forçam uma fronteira que acaba por prejudicar os dois lados. Obviamente um bom pesquisador em biologia ou química precisa interpretar fatos e evidências, reunindo o maior número de indícios para propor reconstruções causais do encadeamento entre fenômenos. Talvez o conceito de interpretação seja substancialmente diferente em cada contexto, mas ele não é completamente independente em cada caso. Mas a diferença é traduzida por Santos, novamente, em termos de intenções, que um conjunto de pesquisadores teriam em relação a outro, ou seja, as ciências humanas invejam a autoridade das ciências naturais e, portanto, usam seus termos e noções, impropriamente, apenas para galgar reconhecimento social e autoridade diante de incautos.

(...) as ciências humanas aguardavam ansiosamente para conquistar os mesmos benefícios das ciências naturais. Em termos práticos, jamais às ciências humanas poderiam alcançar às ciências naturais, mas havia a necessidade de conquistar esse espaço em meio a sociedade, conquistando os mesmos benefícios e privilégios. (Santos, 2019, p. 6)

Essa “inveja epistêmica” estaria condicionada a um conjunto de fatos (não de interpretações), que envolvem:

(...) falência das ciências humanas causada por (a) inaplicabilidade conhecimento em termos práticos, (b) diversidade teórica acentuada, (c) ausência de consenso científico e (d) ininteligibilidade da realidade com a utilização das teorias da época. (Santos, 2019: p. 7)

Começa a ficar mais claro, por declarações como estas, que nosso autor presume um tipo de hierarquia entre ciências humanas e ciências naturais, hierarquia baseada no sentimento de inveja e na luta de prestígio, porque a primeira não teria os mesmos privilégios que a “verdadeira ciência”. A rivalidade avança até o nível da vantagem pecuniária que os cientistas humanos, entre eles os psicanalistas, estariam extraíndo do relativismo supostamente introduzido por Kuhn para extrair vantagens imaginárias:

(...) Thomas Kuhn, até porque este promoveu e facilitou o edifício das ciências humanas e a rentabilidade econômica, social e psicológica de muitos indivíduos no campo acadêmico das áreas das ciências humanas. (Santos, 2019, p. 9)

Neste ponto percebe-se o ressentimento da crítica, a ilação de que há vantagens pecuniárias em jogo e que a rentabilidade econômica, sem qualquer dado, número ou avaliação objetiva representa um argumento epistemológico razoável. O artigo entra aqui em uma nebulosa de preconceitos e de apreciações que chegam ao ridículo de julgar o autor das rarefeitas fontes empregadas:

(...) não devemos nos indignar com o posicionamento de Christian Dunker, mas devemos compreender que este comentador é um homem de seu tempo
(Santos, 2019, p. 12)

Como se autor não fosse ele mesmo um “homem de seu tempo”, mas estivesse acima e além dele, julgando com piedade os pobres mortais que ainda não chegaram ao seu nível de elevação intelectual e lucidez judicativa.

A falta de humildade intelectual é um erro de grandes consequências pois ela é difícil de corrigir ao longo do tempo. Diante da ignorância e do imenso desafio que representa a conquista do universo psíquico, ainda hoje, nos parece decisiva a confluência de todos os saberes disponíveis. Neurocientistas, psicanalistas, psicólogos e todos aqueles que se dedicam a enfrentar, prática e teoricamente, o sofrimento humano, nunca deveriam desprezar toda ajuda possível representada por investigações, ainda que de perspectivas diferentes. Nossa confiança em condomínios epistemológicos, com seus muros e síndicos, com suas regras de segurança e restrição de circulação, jamais deveriam nos fazer desprezar uma área inteira de esforços e observações, muito menos nos incentivar a agir com a soberba arrogância daqueles que substituem a apreciação de argumentos pelo julgamento dos autores.

8. Extrapolação de evidências

Como costuma acontecer em textos deste tipo, muito rapidamente a contenda epistêmica se vê substituída pela disputa moral. A retórica da *Fake-Critic-News* derruba seu interlocutor logo nas primeiras seções e em seguida precisa repetir seus argumentos em espiral, como que a explicar para o leitor porque alguém, em sua consciência, incorre em erros tão grotescos como os que rapidamente se se apresentou e mais rapidamente se ajuizou. Uma vez comprovada a gravidade das incorreções resta ao leitor ser persuadido de que eles só podem decorrer de uma motivação perniciosa.

(...) a intencionalidade de Lacan era demonstrar cientificidade e não transmitir de modo representativo-imagético os seus conceitos, em suma, a preocupação de Lacan não era pedagógica ao utilizar topologia, mas sim demonstrar ou imprimir sensações aos seus interlocutores (Santos, 2019, p. 24)

Ora, apreender as intenções teóricas de Lacan é uma tarefa em aberto para comentadores e leitores especializados. Esforços acadêmicos tem sido realizados para dilucidar as relações de Lacan com a ciência (Simanke, 2002; Guimarães, 2013; Beer, 2017), mas para nosso autor a questão parece encerrada e resolvida. Lacan, assim como “*seus seguidores – que detém às mesmas limitações de Dunker*” é um “*pensamento desejoso e que se caracteriza por tomar os desejos pela realidade*” (Santos, 2019, p. 22).

Agora a contenda assume o seguinte formato: a ciência é um pensamento neutro, imparcial e sem desejos, a psicanálise, Lacan e Dunker (como se fossem uma coisa só) estão condenadas pela presença do desejo. Aqui é muito difícil não associar o nosso autor com seu próprio tempo, no qual a teoria popular de que há uma ideologia pairando sobre as crianças brasileiras, que nossas universidades se tornaram focos ideológicos e que nossas escolas tomam cada vez mais partido. Talvez o procedimento de Santos nos ajude a entender como o *Fake-Critic-News* esteja apoiado em uma imputação de desejo ao outro. Ao denunciar que o “*outro quer alguma coisa*” estamos criando um efeito psicológico de que nós mesmos estamos isentos deste erro. Abre-se assim a porta para as teorias conspiracionista que detectam intencionalidades globais em movimentos cuja natureza, quando apreciada de perto e com rigor, contém muita diversidade e desejos contrapostos. Infelizmente este tipo de abordagem se encontra em Popper e vem sendo repetido por seus continuadores:

Há, portanto, como foi dito, infinitamente muitos movimentos planetários possíveis que são excluídos pela teoria newtoniana. Mas não há nenhum comportamento humano que seja excluído pelas teorias psicanalíticas (Freud, Jung, Adler). (Popper, 1978, p. XXXIV)

Jung e Adler não são casos da teoria psicanalítica, o primeiro representa a Psicologia Analítica, o segundo a Psicologia Individual. A psicanálise não emprega nem requer o conceito de “comportamento”. A teoria Newtoniana não exclui nenhum movimento planetário, a realidade da observação é que pode fazer isso. Inúmeros comportamentos são irrelevantes para a psicanálise pois ela se interessa pelos que são discursivamente selecionados pelo sujeito em sua associação livre, durante a sessão. Os que ficam excluídos disso não são objeto de consideração psicanalítica. Popper parece confundir aqui sobredeterminação do sentido (*Überdeterminierung*) com causalidade de comportamento. O mesmo erro parece ser transposto por nosso autor, com um erro adicional, quando as afirmações do criticado ultrapassam a compreensão do autor ele simplesmente derrogam que elas podem ter algum sentido:

A pedagogia de Lacan é incompreensível não pelo fato de ser um professor inexperiente, mas é uma consequência direta das suas colocações e

conexões conceituais que em seu conjunto não produzem sentido (Santos, 2019, p. 20)

Resultado: aquilo que eu não compreendo não tem sentido. Aquilo que está fora de meu alcance cognitivo ou epistêmico eu simplesmente elimino do campo da razão. É assim que a razão se tora cada vez menor e é assim que a crítica se torna cada vez menos produtiva.

9. Autocrítica Involuntária

Contudo, é importante ler artigos de *Fake-Critic-News* até o fim, pois eles frequentemente começam a esboçar uma autocrítica involuntária de si mesmos. Quando repetimos nossas razões, de modo a invalidar razões alheias nossas fragilidades argumentativas vão se tornando mais nítidas.

(...) esse posicionamento é típico do relativismo epistêmico: a realidade é o que eu acho que é, e não propriamente o que é, talvez seja isso que justifique a distorção textual dos autores (Santos, 2019, 24)

Não seria possível que tal argumento se aplicasse ao autor de nosso artigo em questão? Ou seja, seu ponto de vista, elevado à condição de apreciação sobre a realidade, esteja sendo usado para avaliar e comparar pontos de vista alheios de tal forma a desqualificá-los porque não concordam com os seus? A prática da crítica frequentemente se converte em auto-crítica involuntária quando nosso objetivo é apenas atacar os outros ou perseverar em nossa própria posição já constituída e convicta. Neste sentido é preciso reiterar que até onde nos parece razoável, Lacan não adota, em matéria de epistemologia uma posição relativista. Ele defende fortemente um conceito como o de Real, ainda que associado ao impossível de ser nomeado e representado. Ainda que ele defenda que cada realidade está referida a um discurso ele não advoga a existência de um universo de discurso, a partir do qual se poderia descrever e subordinar os outros por meio de uma metalinguagem, formal ou conceitual. Isso concerne as críticas de Sokal e Bricmont, pois elas sugerem que:

(...) afirmações matemáticas têm significados únicos. Porém, essa concepção só pode originar-se de uma única perspectiva em relação à matéria (...) Portanto, não existe outro resultado para $1+1$, além de 2. Também não existe outro modo de “vê”, além desse $1+1=2$. (Santos, 2019, p. 22).

Aqui revela-se o primarismo arrogante de quem tece juízos com desejos críticos maiores do que sua sabedoria pode comportar. Alguém que faz uma afirmação como essa desconhece o conceito de soma aplicado a vetores, ou a logaritmos, não tem a menor ideia do que significa soma de conjuntos e acredita firmemente que seu entendimento intuitivo da matemática é suficiente para

argumentar que este campo possui uma unidade primária como a que se expressa na afirmação acima. É com este pressuposto que o artigo conclui que:

- a. Não existe nenhuma correlação entre a matemática propriamente dita e o que Lacan fez.
- b. Não há nenhum estudo sobre a aplicabilidade da “matemática de Lacan” e os seus efeitos positivos e terapêuticos.
- c. Não existe formalização matemática para a subjetividade, pois teríamos de ter possibilidades de cálculos para essas formalizações, o que não existe
- d. [Há dados que] mostram resultados negativos em termos de: consequências teóricas plausíveis no sentido lógico e fecundidade em análise psicológica científica [da psicanálise de Lacan].

Ora, as afirmações acima são declaradamente falsas, ainda que isso não comprove ou justifique nada em termos de cientificidade da psicanálise. Existe uma relação entre Lacan e as matemáticas e ela é similar à que se verifica no uso que Lévi-Strauss faz da topologia combinatória para descrever os sistemas de parentesco. A matemática não se aplica diretamente aos “procedimentos terapêuticos”, ela serve para justificar os procedimentos de linguagem, que se utilizam na clínica psicanalítica, quer em termos de língua, de fala, de enunciação ou de discurso. Mas a afirmação de Santos tem o mesmo nível de rigor daquele que afirma que um médico não pode usar o DNA em seus diagnósticos clínicos. Nem toda matemática reduz-se ao cálculo. A ideia de que ela depende de valores e equações numéricas, e que ela “serve” para fazer contas está abaixo e qualquer crítica razoável sobre esta matéria. A chamada “análise dos dados” referida pelo artigo é uma quimera. Ele não trouxe dados de nenhuma espécie sobre o que pretende concluir. Não examinou nenhum artigo que pretende justificar o emprego da lógica em matéria de psicanálise, não objetou nenhum autor relevante e ainda assim usa a expressão “dados” para retirar conclusões.

Infelizmente, tirar conclusões sobre “dados” inexistentes é um dos erros mais comuns da crítica ociosa à Psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beer, P. (2017) *Psicanálise e Ciência*. São Paulo: Blucher.

Bevidas, W. (2009). *Inconsciente & sentido: ensaios de interface – psicanálise, linguística, semiótica*. São Paulo: Annablume.

Carvalho, Cíntia Ávila (1998) *Os Psiconautas do Atlântico Sul*. Campinas: Unicamp-EDUFES.

Crews, F. (Ed.). (1999). *Unauthorized Freud: doubters confront a legend*. New York: Penguin.

Danto, E. (2019) *As Clínicas Públicas de Psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.

Da Costa, N. (1988) *Entrevista a Oscar Cezarotto e Márcio Peter de Souza Leite*. In *Revista Psilacânise*, Rio de Janeiro, Vol 3.

https://www.pucsp.br/psilacanse/html/revista01/19_rev_entrevista_01.htm

Dunker, C.I.L. (2012) *Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica: uma arqueologia da prática psicanalítica*. São Paulo: Annablume.

_____. (2013) *Psicanálise e Ciência*.

<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n3/v11n3a13.pdf>

_____. (2014) *Psicanálise e Ciência: do equívoco ao impasse*.

https://www.academia.edu/6031810/Psican%C3%A1lise_e_Ci%C3%A4ncia_do_equ%C3%ADvoco_ao_impasse

_____. (2016) *A Psicanálise como Ciência*.

<https://blogdaboitempo.com.br/2017/05/30/a-psicanalise-como-ciencia/>

_____. (2017) *Psicanálise é Ciência ou Pseudociência?*

https://www.youtube.com/watch?v=x_6NMVGGGBQE

Eysenck, H. H. (1993). *Decadência e queda do império freudiano* (C. Marques, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ellenberger, H. F. (1993). The story of Anna O.: a critical review with new data. In H. F. Ellenberger, *Beyond the unconscious: essays of Henry F. Ellenberger in the history of psychoanalysis*. (pp. 254-272). Princeton: Princeton University Press. [Trabalho original publicado em 1972].

Fontes, Flávio Fernandes (2014) A crítica à psicanálise: um capítulo censurado. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online]. 2014, vol.20, n.3.

Frangiotti, Marco Antonio (2003) Contribuições de Wittgenstein à epistemologia da psicanálise. *Nat. hum.* [online]. 2003, vol.5, n.1

Grünbaum, A. (1984). *The foundations of psychoanalysis: a philosophical critique*. Berkeley: University of California Press.

Furedi, F. (2004) *Therapy Culture*. London: Routledge.

GUIMARÃES, Thessa (2013) *Incidências do problema da cientificidade da psicanálise na direção da cura*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

Glynos, J. & Stravakakis, Y. (2001) *Posturas e imposturas: o estilo de Lacan e a utilização da matemática*. *Ágora Estudos em teoria Psicanalítica*, v. 4, n 2, p. 111-130.

Goldenberg, R. (2019) *Desler Lacan*. Langage: São Paulo.

Kandel, E. R. (1999). Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry revisited. *The American Journal of Psychiatry*, 156, 505-524.

Masson, J. (1988) *Against Therapy*. Toronto: Untreed Reads.

Kuhn, Thomas S. (1967) *A estrutura das Revoluções Científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

Leichsenring F¹, Rabung S. (2008) Effectiveness of long-term psychodynamic psychotherapy: a meta-analysis. *JAMA*. 2008 Oct 1;300(13):1551-65.

Meyer, Catherine (2005) *O livro negro da psicanálise: Viver e pensar melhor sem Freud: Viver e pensar melhor sem Freud*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Nogueira, L., Bicalho, H., & Abe, J. (2004). As duas vertentes: significante e objeto a. *Psicologia USP*, 15(1-2), 339-343.

Blomberg, Johan; Lazar, Anna & Sandell, Rolf (2001) *Long-Term Outcome of Long-Term Psychoanalytically Oriented Therapies: First Findings of the Stockholm Outcome of Psychotherapy and Psychoanalysis Study*, Psychotherapy Research Volume 11, 2001 - Issue 4

Onfray, Michel (2010) *Le Crépuscule d'une idole, l'affabulation freudienne*. Paris: Grasset.

Parker, I. (2006) *Cultura Psicanalítica*. Aparecida: Ideias e Letras.

Pommier, G. (2007) *Comment les Neurosciences Démontrent la Psychanalyse*. Paris: Champ Essay.

Popper, K. (1963) *Conjecturas e Refutações*. Brasília: UNB, 1988.

_____. (1979) *Os Dois Problemas Fundamentais da Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Unesp, 2013.

Ribeiro, S. (2019) *O Oráculo da Noite: a história e a ciência do sonho*. São Paulo: Companhia das Letras.

Roazen, P. (1999) *Como Freud Trabalhava*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rona, P. (2012) *O Significante, o Conjunto e o Número: a topologia na psicanálise de Jacques Lacan*. São Paulo: Annablume.

Shevrin, H., Snodgrass, M., Brakel, L. A., Kushwaha, R., Kalaida, N. L., & Bazan, A. (2013). Subliminal unconscious conflict alpha power inhibits supraliminal conscious symptom experience. *Frontiers in human neuroscience*, 7, 544.

Sibertin-Blanc, Guillaume (2010) *Deleuze et l'Anti-Œdipe. La production du désir*, Paris, Puf, coll. Philosophies, 2010.

Simanke, R. (2002) *Metapsicologia Lacaniana*. São Paulo: Unesp.

Sokal, A. & Bricmont, J. (1999) *Imposturas Intelectuais*. São Paulo: Record, 2001.

Solms, M. (2007). *Sigmund Freud hoy*. Revista Psicoanálisis, 5, 115- 119.

Sulloway, F. J. (1979). *Freud, biologist of the mind: beyond the psychoanalytic legend*. New York: Basic Books.